

ANEXO II

Modelo da Proposta

1- Américo Monteiro – Est.Grav.Audio e Vídeo Lda. - com o Nif : 503 801 771, com sede na Avenida Bombeiros Voluntários,8 E,1675 -107 Pontinha, depois de ter tomado conhecimento do objecto do procedimento para Prestação de Serviços de Actuações para obriga-se a executar a totalidade da prestação dos serviços de Espectáculo Musical com Emanuel (Festas do Bodo 2015) em conformidade com as condições do “Convite” para proposta de Ajuste Directo vossa referência de Procedimento 023_AJD_SA_15, pela quantia = 11.250,00€ (onze mil duzentos e cinquenta euros).

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal de 23% = 2.587,50€ = Dois mil quinhentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Pontinha

local

03-06-2015

data

AMÉRICO MONTEIRO
ESTÚDIOS DE GRAVAÇÃO AUDIO E VIDEO LDA.
NIF: 503 801 771
Avenida Bombeiros Voluntários, 8 E
1675-107 PONTINHA

assinatura

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - Américo Monteiro - Est. de Gravação Áudio e Vídeo, Lda. com o Nif. 503 801 771, com sede na Av. Bombeiros Voluntários, 8-E. 1675 - 107 Pontinha, representada por: **Luís Pinto Monteiro** com residência na PCT Doutor Câmara Reis, nº4, 3º Esq. - 2700-278 Amadora, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento pela **Prestação de Serviços de Espectáculo Musical com Emanuel** - 27 de Julho de 2015 no Município de Pombal Festas do Bodo 2015, conforme referência do procedimento para **Ajuste Directo 023_AJD_SA_15**, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) Proposta de fornecimento **N/Ref. 150018**
- b) Modelo (anexo A) da proposta Preenchido.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses

Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

PONTINHA 03-06-2015

Local AMÉRICO MONTEIRO Data


ESTÚDIOS DE GRAVAÇÃO AUDIO E VIDEO, LDA.

NIPC: 503 601 774

Avenida Bo Assinatura Voluntários, 8 E.

1675-107 PONTINHA

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.º(s) 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.º(s) 4 e 5 do artigo 57.º

 PRODUCOES PROPOSTA DE FORNECIMENTO	N/Ref.: 150018	PARA: <u>Camara Municipal de Pombal</u>	DATA: 17 / 03 / 2015
		Att: _____	PÁGS: 01 - 01

Exmos. Senhores,

Conforme solicitado, estamos a enviar as nossas melhores cotações para:

Festas do Bodo da Cidade de Pombal – 27 JULHO 2015		
DESIGNAÇÃO (espectáculo com equipamento de som e luz não incluído)		TOTAL
1. EMANUEL + 6 MUSICOS + 4 BAILARINAS		14.900 €
	desconto de 16%	-2.400 €
	TOTAL	12.500 €

Esta proposta, apenas é válida nos pressupostos abaixo mencionados:

- ▶ Aos valores mencionados acresce a taxa de IVA em vigor na data do espectáculo;
- ▶ Acresce também 8 Almoços e 20 Jantares (refeições completas em restaurante e com possibilidade de escolha mínima entre 2 pratos de peixe e 2 de carne), referente a todo o pessoal interveniente no espectáculo;
- ▶ Serão necessários também 2 camarins (sendo que 1 dos camarins é duplo), junto das imediações do palco, com acesso directo ao mesmo (sem passar pelo meio do público), devidamente higienizados, e estarem equipados ou ter na sua proximidade sanitários (sanita e lavatório) e aquecedores se o clima assim justificar;
- ▶ O catering necessário bastará 60 garrafas de água natural sem gás, sandes ou bolachas, fruta da época;
- ▶ O palco deverá ter as dimensões mínimas: 14m (boca) x 10m (fundo) x 6m (altura) ou 12m (boca) x 10m (fundo) x 6m (altura) + 2 abas laterais de 5x5m e tudo isto a 1,50m (altura mínima do chão ao estrado do palco). Devido há probabilidade de chuva, a cobertura de palco, deverá ter na boca, pala de protecção anti-chuva;
- ▶ Utilizar grades de segurança na frente ao palco, de modo a bloquear acesso ao palco e camarins;
- ▶ Os valores referentes aos encargos legais obrigatórios da representação pública deste género de eventos, nomeadamente licenças camarárias, licenças na Sociedade Portuguesa de Autores, requisitar P. S. P. ou G. N. R. e seguros de responsabilidade civil perante terceiros, também não estão equacionados nesta proposta;
- ▶ Se nos restantes dias de festa ou para a 1ª parte, escolherem mais artistas exclusivos da nossa empresa, atribuiremos mais descontos, podendo chegar até aos 40% de desconto;
- ▶ O valor indicado, só será viável se for cumprido na totalidade o rider técnico do artista, indicado em anexo;
- ▶ O pagamento, será após a conclusão do sound-check (19h00) do dia de espectáculo, junto do responsável do Artista, com a importância em cheque ou com a apresentação do comprovativo da transferencia bancária;
- ▶ Caso a proposta seja aceite e na possibilidade do espectáculo pretendido necessitar de mais detalhes, os intervenientes estabelecerão as restantes condições particulares, que depois serão mencionados no contrato.

Sem mais de momento, enviamos os nossos melhores cumprimentos,



[Samuel Monteiro]
Production Manager